

PANDEMIA E SEUS REFLEXOS SOBRE O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Lissandra Silva Matos¹
Carlos Marlon Lopes Costa²
Laumar Neves de Souza³

RESUMO

A rápida propagação do novo Coronavírus, o COVID-19, levou à implementação de medidas de isolamento social em todo o mundo, resultando na suspensão das aulas presenciais nas instituições de ensino superior. No Brasil, o Ministério da Educação emitiu a Portaria 343 em 17/03/2020, oferecendo duas alternativas às instituições de ensino superior: a suspensão das atividades acadêmicas presenciais ou a substituição das disciplinas presenciais por aulas que utilizam meios e tecnologias de informação e comunicação, desde que estejam em conformidade com a legislação em vigor. Tendo essas ocorrências como pano de fundo, esta pesquisa tem como objetivo analisar de que maneira a pandemia impactou o trabalho dos professores que exercem e/ou exerciam atividades docentes no âmbito da educação superior brasileira, atentando para aspectos como vitimização por doenças e número de postos de trabalho formais que foram eliminados. Para realizar esta investigação, foi obviamente necessário revisar a literatura especializada que aborda as interações entre a pandemia e o ensino superior, especialmente produzida desde o início da crise. Além disso, foi fundamental consultar fontes de dados específicas, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os resultados da pesquisa destacam que a referida pandemia trouxe transformações significativas no sistema de ensino superior no Brasil. Essas mudanças afetaram profundamente diversos aspectos do processo educacional, influenciando diretamente os professores envolvidos e repercutindo no mercado de trabalho relacionado à área, na medida em que abrangem questões relacionadas com a estabilidade no emprego e com as condições de trabalho.

Palavras-chave: Educação Superior Brasileira; Emprego Docente; Pandemia; Saúde dos Docentes.

PANDEMIC AND ITS EFFECTS ON TEACHING WORK IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT

The rapid spread of the new Coronavirus, COVID-19, led to the implementation of social isolation measures around the world, resulting in the suspension of face-to-face classes in higher education institutions. In Brazil, the Ministry of Education issued Ordinance 343 on March 17, 2020, offering two alternatives to higher education institutions: the suspension of face-to-face academic activities or the replacement of face-to-face subjects with classes that use information and communication media and technologies, as long as they comply with current legislation. With these occurrences as a backdrop, this research aims to analyze how the pandemic impacted the work of teachers who exercise and/or carried out teaching activities within the scope of Brazilian higher education, paying attention to aspects such as victimization due to diseases and number of positions formal work processes that have been eliminated. To carry out this investigation, it was obviously necessary to review the specialized literature that addresses the interactions between the pandemic and higher education, especially produced since the beginning of the crisis. Furthermore, it was essential to consult specific data sources, such as the Annual List of Social Information (RAIS), maintained by the Ministry of Labor and Employment (MTE). The research results highlight that the aforementioned pandemic

¹ Estudante de Ciências Contábeis, Universidade Salvador, Brasil. Iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, Brasil. lissandrasmatos@gmail.com

² Financista, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Brasil. Coordenador de Controle da Ouvidoria Geral da SSP-Bahia, Brasil. carlosmarlon@outlook.com

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Brasil. laumar.souza@animaeducacao.com.br



brought significant changes to the higher education system in Brazil. These changes have profoundly affected several aspects of the educational process, directly influencing the teachers involved and having repercussions on the job market related to the area, as they cover issues related to job stability and working conditions.

Keywords: Brazilian Higher Education; Teaching Employment; Pandemic; Teachers' Health.

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura global tem sido testemunha de um cenário marcado por complexas interações entre as esferas da educação e do trabalho, culminando em desafios singulares para os profissionais que habitam esses dois universos. A eclosão da pandemia de COVID-19 catalisou uma série de transformações de grande magnitude, especialmente na maneira como a educação superior é concebida e executada.

Com efeito, o isolamento social, determinado pela difusão rápida e massiva do novo Coronavírus, o COVID-19, implicou na suspensão das aulas presenciais nos sistemas de ensino superior dos países em todo o mundo. No Brasil, a Portaria 343 do MEC, de 17 de março de 2020, definiu duas alternativas para as instituições de ensino superior: suspender as atividades acadêmicas presenciais ou substituir as disciplinas presenciais em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação (BRASIL, 2020a).

Partindo dessa contextualização, tem-se que o presente artigo se propõe a identificar na literatura especializada de que maneira a pandemia reverberou nos trabalhadores que exercem e/ou exerciam atividades docentes no âmbito da educação superior brasileira, atentando para aspectos como vitimização por doenças e número de postos de trabalho formais que foram eliminados.

Para dar conta desse empreendimento investigativo, foi necessário, obviamente, se recorrer à pesquisa bibliográfica, bem como consultar as informações disponibilizadas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), já que essa é a melhor e mais completa fonte de dados sobre o emprego formal no país.

Feitas essas ponderações, cumpre agora informar que se optou por estruturar este artigo em três seções, além é claro desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira investe-se na apresentação de algumas ocorrências que acabaram por alterar o quadro da educação superior brasileira nos últimos anos. Já

na segunda são tecidas algumas considerações com vistas a identificar algumas implicações da pandemia sobre os atores que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem. Na terceira, por seu turno, é feito um esforço no sentido de descortinar os números que evidenciam de que modo a pandemia reverberou em termos do estoque de emprego formal para docentes da educação superior brasileira.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: PALCO DE MUDANÇAS RECENTES

Para que se consiga atingir o fito que foi desenhando para este empreendimento investigativo, considerou-se oportuno e prudente, de início, proceder à identificação de algumas das principais alterações que a educação superior no Brasil experimentou ao longo dos últimos anos, o que inclui, evidentemente, cotejar, de modo sucinto, certas políticas públicas que a ela foram dirigidas, no decorrer dos últimos anos, haja vista que modificaram sobremaneira as condições relativas à oferta e à demanda desse tipo de educação no país, bem como levar em conta o cenário de adversidades e desafios que tal segmento educacional teve que enfrentar em função da eclosão da pandemia de Covid 19.

Dando vazão a esse intento, cabe, de pronto, chamar a atenção para o fato de que, conforme Pires (2019), uma das mudanças que mais se destaca quando se procura avaliar a modalidade de educação em tela diz respeito, indubitavelmente, à ampliação que ela experimentou do ponto de vista do acesso, especialmente para estudantes de baixa renda e de grupos historicamente excluídos. De acordo com o ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, a implementação de algumas políticas públicas, a exemplo do Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁴ e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)⁵, foram fundamentais para a

⁴ Trata-se de um programa do Governo Federal brasileiro, que foi criado, em 2004, durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Seu objetivo é conceder bolsas de estudos integrais ou parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda. Segundo o site oficial de tal programa, ele destina-se a estudantes brasileiros de baixa renda que tenham concluído o ensino médio em escolas da rede pública ou como bolsistas integrais em escolas particulares. Além disso, também podem participar do programa pessoas com deficiência e professores da rede pública de ensino que estejam atuando em escolas localizadas em áreas de vulnerabilidade socioeconômica.

⁵ Foi criado em 1999, período esse em que o país era governado por Fernando Henrique Cardoso. Enfatize-se que o objetivo de tal política, desde o momento em que foi concebida, é conceder financiamento para estudantes de graduação em instituições privadas de ensino superior que não têm condições de arcar com as mensalidades do curso. Como é possível observar no próprio site do FIES, ele se destina a estudantes brasileiros que tenham concluído o ensino médio e desejem

democratização do acesso à educação superior no Brasil. Em entrevista à BBC News Brasil, ele afirmou que "o PROUNI e o FIES foram os principais instrumentos de acesso à universidade no Brasil nos últimos anos" e que "os números falam por si só, demonstrando a eficácia dessas políticas na inclusão social" (BBC 2021).

Essa leitura a respeito de tais programas, em boa medida, já havia sido feita por Moura (2014). Esse autor também é categórico ao reconhecer/apontar que eles permitiram que mais estudantes de baixa renda tivessem a oportunidade de ingressar em universidades privadas e, portanto, em cursos superiores, o que, por via de consequência, aumentou o acesso à educação superior e possibilitou que mais pessoas pudessem se qualificar para o mercado de trabalho.

Como consequência direta dessas políticas houve uma significativa expansão na oferta de vagas nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, impulsionando o processo de interiorização da educação superior no país, que consiste em levar faculdades e universidades para regiões localizadas, por assim dizer, no chamado Brasil Profundo. Enfatize-se aqui que tal política teve como objetivo precípua ampliar o acesso à educação superior em áreas que historicamente têm sido excluídas desse tipo de oferta educacional. Convém sinalizar que essa interiorização também foi por demais incentivada pela adoção do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantado no governo Lula (2003-2010) (BIZERRIL, 2020).

Neste ponto, não se pode esquecer de comentar que esse processo de interiorização do ensino foi também influenciado pelo contexto de intensificação do chamado Ensino à Distância (EAD), situação essa que permitiu que populações desassistidas do ponto de vista educacional pudessem cursar o ensino superior. Aqui, é bom que se registre que essa tendência de expansão do EAD se manifestou com mais intensidade no setor privado de educação superior, que tem investido fortemente nessa modalidade de ensino nos últimos anos. Conforme revela Picciano (2017), as instituições privadas têm sido pioneiras na oferta de cursos de graduação e pós-graduação à distância.

De acordo com um estudo realizado pelo MEC, intitulado "Ensino a distância se confirma como tendência", entre 2010 e 2018, a quantidade de alunos

ingressar em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

matriculados em cursos de graduação à distância aumentou 378,9%. Esse número contrasta frontalmente com o número de alunos matriculados na modalidade presencial, posto que, em igual período, cresceu apenas 33,5%. A constatação desse quadro levou muitos estudiosos do campo da Educação a concluírem, de forma acertada, que se encontra em pleno curso uma mudança significativa e irreversível no modo como as pessoas se educam e se preparam para o mercado de trabalho (FRAGA, 2019).

Nos últimos anos, de acordo com o MEC, o aumento do EAD tem levado os órgãos regulatórios a criar métricas para a divisão entre ensino presencial e ensino remoto. Em 2020, o MEC publicou uma portaria que estabeleceu novas regras para a oferta de cursos à distância. Entre as mudanças destaca-se a possibilidade de incluir disciplinas a distância em cursos presenciais, o chamado ensino híbrido, desde que a carga horária não ultrapasse 20% do total do curso.

Com efeito, o processo de mudança na oferta de ensino híbrido ganhou um novo impulso com a chegada da pandemia de COVID-19. Isso porque, tanto as instituições públicas quanto as privadas mobilizaram seus recursos para se adequarem à realidade do isolamento social e manterem a oferta de cursos para seus alunos.

3 IDENTIFICANDO ALGUMAS IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA SOBRE OS ATORES DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Não há como negar que a conjuntura global durante a pandemia foi testemunha de um cenário marcado por complexas interações entre as esferas da educação e do trabalho, culminando em desafios singulares para os profissionais que habitam esses dois universos. A eclosão da pandemia de COVID-19, por certo, catalisou uma série de transformações de grande magnitude, especialmente na maneira como a educação superior é concebida e executada.

Indiscutivelmente, as limitações de deslocamento e o fechamento das instituições de ensino resultaram em uma mudança abrupta no modo como a educação era conduzida. Essa situação teve reflexos diretos na vida dos trabalhadores da educação, exigindo adaptação e enfrentamento de diversas dificuldades.

A necessidade de distanciamento social e as medidas de restrição impostas pela pandemia obrigaram as instituições de ensino a se adaptarem rapidamente. As aulas presenciais foram suspensas e muitas escolas e universidades adotaram o ensino remoto como alternativa. Os professores tiveram que se reinventar e buscar formas de transmitir conhecimento à distância, utilizando ferramentas digitais e plataformas *online* para realizar as atividades educacionais.

Segundo Crawford *et al.* (2020), a intensificação do ensino remoto durante a pandemia exigiu uma rápida adaptação dos professores, em todos os níveis educacionais, tanto em relação ao “domínio” das tecnologias utilizadas que estavam disponíveis para que as aulas pudessem ocorrer de maneira remota, situação essa que os fez ter que rever as suas estratégias em termos didáticos para dar conta dos conteúdos das disciplinas que conduziam (CRAWFORD *et al.*, 2020). Com efeito, de uma forma geral, os educadores precisaram se familiarizar com diferentes plataformas e aplicativos para viabilizar as atividades educacionais, disponibilizar materiais didáticos, fornecer *feedback* aos alunos e promover a interação em tempo real (HODGE *et al.*, 2020). Dada a velocidade com que essa transição do ensino presencial para o ensino remoto foi levada a termo, não causa estranheza o fato dela ter trazido desafios significativos para os atores mais diretamente envolvidos com o processo educacional. De um lado, a falta de acesso igualitário à internet e a dispositivos tecnológicos adequados tornaram-se barreiras para muitos estudantes, ampliando as desigualdades educacionais existentes (UNESCO, 2020). Além disso, a ausência do ambiente escolar presencial afetou a socialização dos alunos e o desenvolvimento de habilidades não acadêmicas.

Por outro lado, os professores foram forçados, de uma hora para outra, a passarem a ter certas competências e habilidades tecnológicas para se adequarem ao novo ambiente de trabalho, situação essa que se constituiu em um desafio de grande monta, conforme destaca Shao e Liu (2021). Segundo uma pesquisa empreendida por Guo *et al.* (2020), os professores tiveram que desenvolver novas competências tecnológicas e pedagógicas para garantir a efetividade do ensino remoto. Eles precisaram aprender a utilizar ferramentas digitais, criar materiais de ensino *online* e se adaptar a novas formas de avaliação e *feedback*.

A suspensão das aulas presenciais afetou diretamente os alunos, muitos dos quais ficaram sem acesso à educação durante o período de fechamento das

instituições de ensino. Isso teve um impacto significativo na vida dos estudantes. De acordo com uma pesquisa realizada por Sonmez *et al.* (2021), a suspensão das aulas presenciais resultou em uma diminuição da interação e da motivação dos alunos. A falta de contato físico e a ausência da atmosfera de aprendizado presencial prejudicaram a participação ativa dos estudantes nas atividades escolares.

A falta de interação direta também afetou a qualidade da relação professor-aluno. Segundo Kılıç *et al.* (2021), o distanciamento físico causado pelo ensino remoto reduziu a possibilidade de comunicação não verbal e o tempo de contato individual entre os professores e os alunos. Essa redução na interação pessoal reverberou muito possivelmente na percepção dos alunos sobre o apoio emocional e acadêmico recebido dos professores.

Neste ponto, não se pode deixar de mencionar um outro reflexo importante da pandemia, qual seja o agravamento das desigualdades educacionais. Registre-se aqui que nem todos os alunos possuíam acesso igualitário às tecnologias necessárias para acompanhar as aulas *online*. Estudantes de comunidades marginalizadas ou com menor poder aquisitivo ficaram excluídos do processo educacional durante o período de fechamento das escolas, acentuando as disparidades sociais.

De acordo com Bray e Tang (2021), a falta de acesso a dispositivos eletrônicos e à internet adequada foi um dos principais obstáculos enfrentados pelos estudantes durante o ensino remoto. Essas barreiras tecnológicas afetaram especialmente os alunos de famílias economicamente desfavorecidas, que não tinham condições de adquirir os equipamentos necessários ou de arcar com os custos de conexão à internet.

Essa exclusão digital aprofundou as desigualdades educacionais existentes. Isso porque, estudantes que não puderam participar das aulas *online* ou que tiveram acesso limitado ao ensino remoto ficaram em desvantagem em relação aos seus pares. Como ressaltado por Reimers e Schleicher (2020), as desigualdades na educação têm implicações significativas para o desenvolvimento individual e a mobilidade social.

Outrossim, a falta de acesso igualitário às tecnologias também afetou a participação e o engajamento dos alunos. Estudantes que não tinham os recursos

necessários para acompanhar as aulas *online* podem ter enfrentado dificuldades para se manterem motivados e conectados ao processo de aprendizagem, como apontado por Sonmez *et al.* (2021).

Além dos desafios tecnológicos e das desigualdades educacionais que dificultaram o exercício da docência durante a pandemia, os professores também se viram afetados por esse fenômeno por conta dos reflexos que ele provocou em termos da saúde mental de muitos deles, situação essa que a bem da verdade também fez parte do universo dos discentes. O estresse, a pressão e as demandas adicionais impostas pelo contexto pandêmico afetaram o bem-estar emocional dos educadores. Isso porque, eles tiveram que lidar não apenas com suas próprias preocupações em relação à saúde e segurança, mas também se viram compelidos, por empatia e/ou por recomendação das instituições de ensino as quais estavam vinculados, a oferecer apoio emocional aos alunos que estavam enfrentando desafios pessoais e emocionais relacionados à pandemia.

A necessidade de oferecer apoio emocional aos alunos também afetou a saúde mental dos professores. Eles foram confrontados com preocupações adicionais, como identificar e lidar com problemas de saúde mental dos alunos à distância. De acordo com o relato fornecido por Li *et al.* (2020), o estresse, a pressão e as demandas adicionais impostas pelo quadro pandêmico afetaram o bem-estar emocional dos educadores. No dizer desses estudiosos, os referidos profissionais tiveram que lidar não apenas com as questões afeitas à sua própria saúde e segurança, mas também tiveram que ter uma atenção muito especial para com os alunos, haja vista que muitos deles necessitaram de apoios que ultrapassavam os aspectos puramente didáticos das disciplinas que cursavam, e que diziam respeito a questões relativas a desajustes emocionais que, obviamente, prejudicavam as suas performances acadêmicas.

No referido estudo, esses últimos estudiosos destacaram os impactos negativos provocados pela pandemia na saúde mental dos professores. Conforme o relato deles, os professores enfrentaram nesse período níveis mais elevados de estresse e ansiedade em comparação com períodos normais de ensino. Na pesquisa que conduziram, os professores relataram preocupações com a saúde pessoal, bem como a segurança dos alunos e a sobrecarga de trabalho devido às demandas adicionais do ensino remoto. Essa realidade também foi confirmada em

outro estudo congênere elaborado por Chen *et al.* (2021). Seguindo a letra desses estudiosos, o ensino remoto demandou um tempo e esforço significativos na preparação de materiais e na adaptação das aulas para o ambiente *online* (CHEN *et al.*, 2021). Além disso, os professores tiveram que lidar com a necessidade de estar disponíveis para os alunos em horários não convencionais, respondendo a dúvidas e fornecendo suporte adicional fora do horário de aula regular.

Adicionalmente, não se pode perder de vista que o trabalho dos docentes se viu impactado no período em foco em função da dependência que eles passaram a ter das plataformas virtuais para conseguir dar aula, fato esse que por certo impactou a eficácia das estratégias de ensino que levaram a termo. Como bem lembram Hodges *et al.* (2020), a comunicação *online* pode ser mais desafiadora em termos de interpretação e compreensão, e os professores podem encontrar dificuldades em monitorar e avaliar o progresso dos alunos de maneira efetiva. Isso evidentemente traz reverberações no que tange ao planejamento das aulas e a adaptação das estratégias pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos.

Em face desse contexto, os professores passaram a estar mais propensos a serem vitimados com a Síndrome de *Burnout*, já que ela normalmente eclode em situações em que os trabalhadores de uma forma geral estão sujeitos a situações de estresse e carga de trabalho excessivas. Tal distúrbio é caracterizado por exaustão emocional, despersonalização e diminuição da realização profissional (MASLACH *et al.*, 2001). Especificamente no contexto docente, o *burnout* tem sido frequentemente associado a altos níveis de estresse e sobrecarga de trabalho (GUO *et al.*, 2020).

Os professores estão sujeitos a múltiplos fatores estressantes em seu ambiente de trabalho, como a pressão para atender às demandas acadêmicas, gerenciar comportamentos problemáticos dos alunos e lidar com a falta de recursos e apoio adequados (KYRIACOU, 2001). Durante a pandemia, esses fatores se intensificaram, com a necessidade de adaptação rápida ao ensino remoto, a sobrecarga de preparação e acompanhamento das aulas *online*, além das preocupações com a saúde pessoal e familiar.

Estudos têm demonstrado uma associação entre a pandemia e o aumento do risco de desenvolvimento de *burnout* em professores. Um estudo realizado na China, durante a pandemia de COVID-19, mostrou que os professores relataram

níveis mais elevados desse tipo de adoecimento, com maior exaustão emocional e despersonalização, em comparação com um grupo controle antes da pandemia (XU *et al.*, 2021). Outra pesquisa realizada em Portugal também encontrou um aumento significativo nos níveis de *burnout* em professores durante a pandemia (FIGUEIREDO-FERRAZ *et al.*, 2021).

4 OS NÚMEROS DO EMPREGO FORMAL DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PERÍODO PANDEMICO

Para os objetivos desta seção, vale destacar, inicialmente, três aspectos: (i) para esta análise é assumido emprego formal como o vínculo empregatício com registro celetista ou estatutário, essas informações são declaradas, pelo setor público e privado, ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) -constituindo-se, nacionalmente, como a principal fonte de dados para o tema; (ii) quanto ao período pandêmico no Brasil, conforme as portarias do Ministério da Saúde que demarcaram início (n.º 188/2020) e término (n.º 913/2022) da pandemia, seria desejável, para este trabalho, uma limitação entre fevereiro de 2020 até abril de 2022, no entanto, a RAIS possui uma defasagem em sua publicação de até dois anos, por conta disso, o trabalho está limitado aos anos de 2020 e 2021; (iii) para afastar dúvida quanto aos resultados do período 2020-2021 estarem vinculados a pandemia ou não, foi necessário compreender as flutuações desse mercado no intervalo de 2011 a 2021.

Considerando a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE 2.0) é possível fazer um recorte para o grupo, denominado, “educação superior”. Importante salientar que neste exercício, os resultados permitem uma avaliação do mercado para além dos docentes. Pela Tabela 1, a atividade econômica em 2011 era responsável por 646.914 vínculos empregatícios no país. O setor, ano após ano, exibiu crescimento, tendo seu ápice em 2015, quando marcou 740.368 postos de trabalho. Havia, portanto, uma taxa de crescimento aproximada ao nível de 3% a.a. Para o intervalo 2015-2019, demarcando o movimento decrescente, o último ano registrou 696.025 vínculos, isto é, uma taxa de decréscimo, aproximada, de 1,2% a.a. Já no primeiro ano da pandemia, contabilizou-se uma perda de 55.152 postos de trabalho, ou seja, queda de 7,9%. No segundo ano da crise sanitária, o setor

perdeu mais 19.340 vínculos formais, -3%. O setor, já experimentava um processo de declínio, mas a crise de saúde asseverou, significativamente, o quadro.

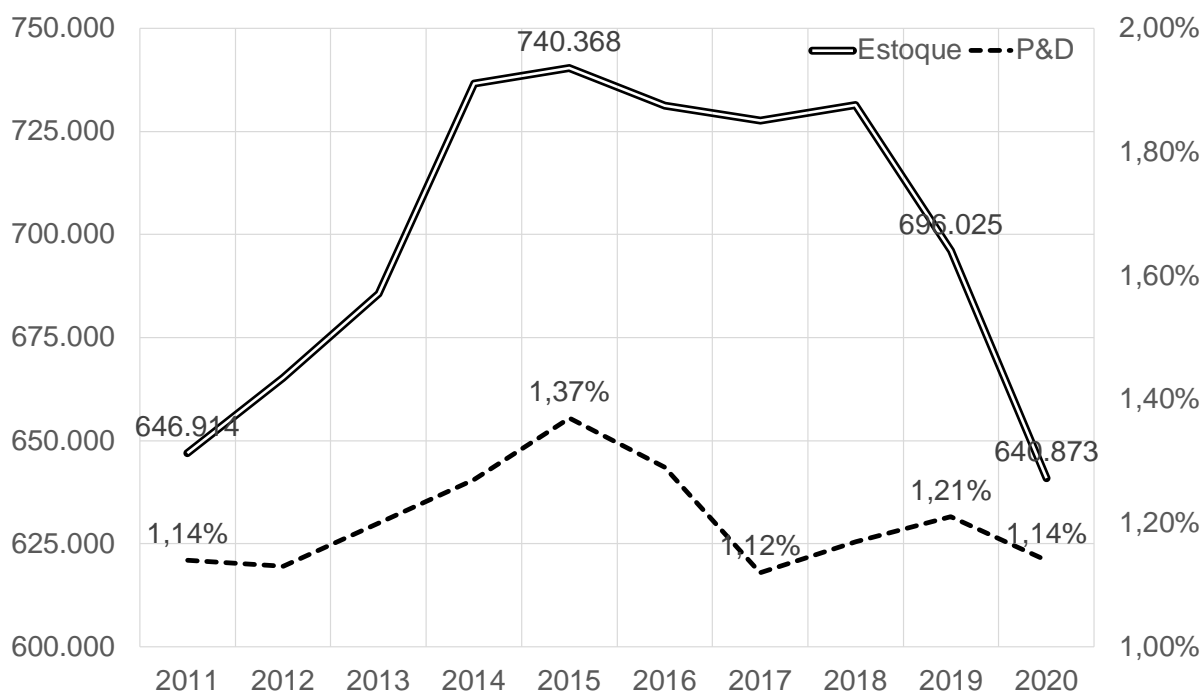
Tabela 1 - Evolução do estoque de emprego formal, segundo o grupo de atividade econômica educação superior, por região natural - Brasil - 2011-2021

Ano	Região Natural					Brasil
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
2011	33.839	116.652	314.705	128.554	53.164	646.914
2012	38.265	125.603	318.409	131.375	51.589	665.241
2013	37.193	129.362	329.027	137.376	52.639	685.597
2014	41.939	139.890	350.544	144.924	59.371	736.668
2015	43.306	143.314	349.789	145.039	58.920	740.368
2016	43.284	140.639	342.874	144.787	59.712	731.296
2017	44.873	145.484	334.418	143.664	59.170	727.609
2018	45.254	143.699	340.787	140.786	60.830	731.356
2019	41.651	138.746	324.448	135.941	55.239	696.025
2020	33.766	134.858	301.032	122.523	48.694	640.873
2021	29.261	133.020	292.847	117.845	48.560	621.533

Fonte: MTE/RAIS, 2011-2021. Dados sistematizados pelos autores.

Seria esperado um incremento desta atividade econômica no período da pandemia, vez que o setor da educação superior está altamente vinculado a atividade de pesquisa e desenvolvimento no Brasil, para apoiar, estrategicamente, soluções de enfrentamento ao problema. Contudo, mediante análise do Gráfico 1, dados da Coordenação Geral de Indicadores de Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI), que dão conta dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, percebeu-se um comportamento mimético ao desempenho do emprego formalizado da educação superior. Para P&D houve um crescimento entre 2011 e 2015, quando atingiu o ponto de investimento máximo, 1,37% do PIB. Posteriormente, exhibe um movimento de queda, marcando 1,21% em 2019 e no primeiro ano da crise (2020), atinge 1,14% de investimento – retroagindo a série em uma década.

Gráfico 1 - Evolução do estoque de emprego formal da educação superior e investimento em pesquisa e desenvolvimento em percentuais do PIB – Brasil – 2011-2020



Fonte: MTE/RAIS e MCTI, 2011-2020. Dados sistematizados pelos autores.

Para isolar na análise os docentes da educação superior, requer-se um cruzamento entre a CNAE e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), ao nível, respectivamente, dos grupos e famílias classificatórias. Por se tratar de um cruzamento com elevado grau de especificidade, os resultados são mais suscetíveis a equívocos declaratórios. Por outro lado, os níveis geográficos de análise são altamente agregados, reduzindo a sensibilidade aos erros de declaração. Para este recorte, mais preciso, foi necessário observar o comportamento do mercado de trabalho nos últimos anos, 2011 a 2021. Tal expediente permitirá melhor compreensão dos acontecimentos ao longo da pandemia, uma tentativa de marcar diferenças entre fenômenos conjunturais e estruturantes.

Em 2011, conforme Tabela 2, o Brasil possuía 234.734 vínculos empregatícios de professores do ensino superior atuando no setor da educação superior, este número cresce, ano a ano, até 2015, atingindo seu ápice ao marcar 273.101 postos de trabalhos. Um crescimento de 3,3% a.a., nesta primeira metade da década de 2010. Com relação a segunda metade, verifica-se decréscimo, registrando 264.402 vínculos em 2019, uma taxa de -0,64% a.a. antes da pandemia. Estes números evidenciam que o setor ao longo da última década, seja nos

momentos de expansão ou de retração, privilegiam a manutenção dos docentes em relação as demais classes. Posto que a participação percentual dos professores de ensino superior no setor (quociente da Tabela 2 com a 1), manteve-se em 36% em 2011, 2012 e de 2015 a 2018.

Tabela 2 - Evolução do estoque de emprego formal dos docentes da educação superior, segundo o grupo de atividade econômica educação superior, por região natural - Brasil - 2011-2021

Ano	Região Natural					Brasil
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
2011	10.052	38.236	118.810	48.299	19.337	234.734
2012	11.077	40.905	121.065	49.331	20.137	242.515
2013	11.329	40.451	129.168	51.988	20.586	253.522
2014	12.904	45.852	131.261	55.029	22.167	267.213
2015	13.471	48.009	132.730	57.254	21.637	273.101
2016	14.075	48.372	128.396	57.503	20.970	269.316
2017	15.176	48.892	125.229	57.453	20.442	267.192
2018	15.462	50.279	123.112	56.326	21.220	266.399
2019	14.480	54.313	119.686	56.180	19.743	264.402
2020	12.955	53.080	114.791	51.839	19.065	251.730
2021	11.702	51.318	112.824	50.740	17.852	244.436
Var. % 19/21	-19%	-6%	-6%	-10%	-10%	-8%

Fonte: MTE/RAIS - 2011-2021. Dados sistematizados pelos autores.

Quanto ao primeiro ano da pandemia, são fechados 12.672 postos de trabalhos docentes, ou seja, redução de 4,8%. No segundo ano da crise, foram encerrados mais 7.294 vínculos formais (queda de 2,9%). Essas taxas são singulares em vista da média anterior, -0,64% a.a. Considerando os dois anos de pandemia, a redução nacional chega ao nível de 8%. Numa consideração mais desagregada, nos anos da pandemia, a região norte foi a mais penalizada em termos relativos, com um fechamento de 19% desses vínculos, seguida pelas regiões sul e centro-oeste que marcaram perdas da ordem de 10%, já o sudeste e nordeste mantiveram as baixas em 6%. Esses números preliminares, asseveram, que tanto em contexto amplo, como em particular, o setor encontrava-se num período ruim e a pandemia recrudescer, consideravelmente, o cenário.

Demonstrado que as grandes variações 2019/2020 e 2019/2021 se devem, preponderantemente, a pandemia, deste ponto, avançar-se-á, desconsiderando da análise o período 2011-2018.

O emprego formal, sem maior rigor, pode ser decomposto em vínculos celetistas ou estatutários, havendo menor nível de manutenção dos empregos para o caso celetista. Então, no contexto da crise, intuitivamente, haveria maior fechamento de postos de trabalho com vinculação a instituições com natureza jurídica privada. No entanto, considerando a Tabela 3, o setor público federal foi o principal destaque, posto que entre 2019 e 2021 encerrou 7.643 vínculos, relativamente, a maior queda, 18%. O fenômeno pode ser atribuído, em parte, aos servidores vitimados pelo coronavírus. Entidades sem fins lucrativos, em termos relativos, marcam a segunda posição com encerramento de 9% dos postos de trabalhos. Neste caso é incerto afirmar as razões, se pela fragilidade do vínculo celetista ou decorrência de óbitos. Já as instituições públicas estaduais nesse lapso conseguiram incrementar em 180 postos de trabalho seu quadro, uma ampliação de 1% do efetivo. Desconsiderando pessoa física e entidade empresarial estatal.

Tabela 3 - Evolução do estoque de emprego formal dos docentes, segundo o grupo de atividade econômica educação superior, por natureza jurídica - Brasil - 2019, 2020 e 2021

Natureza Jurídica	Ano			Variação 2019/2021	
	2019	2020	2021	Absoluta	Relativa
Setor Público Federal	43.444	36.533	35.801	-7.643	-18%
Setor Público Estadual	32.863	33.113	33.043	180	1%
Setor Público Municipal	4.923	4.744	4.858	-65	-1%
Entidade Empresa Estatal	15	20	20	5	33%
Entidade Empresa Privada	101.770	101.010	96.969	-4.801	-5%
Entidades sem Fins Lucrativc	81.313	76.181	73.634	-7.679	-9%
Pessoa Física e outras organ	74	129	111	37	50%
Total	264.402	251.730	244.436	-19.966	-8%

Fonte: MTE/RAIS - 2019-2021. Dados sistematizados pelos autores.

Refletindo ainda sobre as vulnerabilidades do vínculo celetista ante o estatutário e direcionando a análise para questões remuneratórias, os dados sinalizam que para o intervalo de 2019 a 2021 houve perdas generalizadas. As instituições do tipo empresa estatal reduziram em média 3,28 salários-mínimos dos docentes, seguido do setor público estadual com 1,33 salários-mínimos, na terceira

posição entidades sem fins lucrativos (-0,83 s.m.). No entanto ao considerar as perdas relativas em salários-mínimos, de fato, empresas privadas (-17,2%) e sem fins lucrativos (-12,7) foram as que mais reduziram as remunerações – ao excetuar entidades estatais (-35,8%) que possuem pequena participação relativa no mercado (Tabela 4).

Se coloca em tela que no segundo ano da pandemia (2021) um vínculo da rede estadual ganhava em média 383% mais, em termos de salários-mínimos, que outro da rede privada, para estes últimos o trabalho docente afasta-se da perspectiva de um emprego decente. Esses dados revelam uma disparidade significativa nos salários entre os setores, com o setor público apresentando salários médios consideravelmente mais altos em comparação com o setor privado. De acordo com estudos anteriores, essa discrepância salarial pode ser atribuída a uma série de fatores, como políticas salariais, níveis de financiamento e negociações coletivas (SMITH, 2020; SILVA, 2019).

Diante dessa disparidade salarial, a compreensão dessas diferenças e suas implicações é fundamental para a formulação de políticas educacionais que promovam a valorização e a equidade no trabalho docente. É necessário um olhar mais aprofundado sobre as condições de trabalho e remuneração dos professores, tanto no setor público quanto no setor privado, a fim de promover salários justos e adequados que reconheçam o valor e a importância do trabalho docente (MARTINS, 2022; RIBEIRO, 2018). Essas políticas devem ser desenvolvidas com base em evidências e diálogo entre os diversos atores envolvidos, visando garantir uma educação de qualidade e a valorização dos profissionais docentes (SANTOS *et al.*, 2021; SOUZA, 2019).

Tabela 4 - Evolução da remuneração em salários-mínimos dos docentes, segundo o grupo de atividade econômica educação superior, por natureza jurídica - Brasil - 2019, 2020 e 2021

Natureza Jurídica	Ano			Variação 2019/2021	
	2019	2020	2021	Absoluta	Relativa
Setor Público Federal	11,38	11,60	11,26	-0,11	-1,0%
Setor Público Estadual	13,05	12,53	11,72	-1,33	-10,2%
Setor Público Municipal	6,23	6,37	5,77	-0,45	-7,3%
Entidade Empresa Estatal	9,18	6,41	5,90	-3,28	-35,8%
Entidade Empresa Privada	3,70	3,31	3,06	-0,64	-17,2%
Entidades sem Fins Lucrativos	6,49	6,00	5,66	-0,83	-12,7%
Pessoa Física e outras organiza.	1,99	2,30	1,94	-0,05	-2,4%
Total	7,03	6,60	6,27	-0,76	-10,8%

Fonte: MTE/RAIS - 2019-2021. Dados sistematizados pelos autores.

Reverberam as ponderações de Souza (2021), quanto as consequências da pandemia sobre a estabilidade e a segurança dos empregos docentes. A redução de recursos financeiros das instituições de ensino e as incertezas em relação ao retorno das atividades presenciais geraram preocupações sobre a continuidade dos postos de trabalho e a possibilidade de demissões. Para Chagas (2021), é evidente que a crise sanitária desencadeou transformações no setor educacional, exigindo uma rápida adaptação das instituições de ensino e dos professores. O fechamento de escolas e universidades, bem como a transição para o ensino remoto, impôs desafios tanto para os docentes quanto para os estudantes.

Apesar do contexto caótico, conforme a RAIS, em 2021, foram criadas 404 instituições privadas de educação superior (grupo CNAE), se comparado ao número existente em 2019, uma evolução de 14%, conforme os resultados exibidos na Tabela 5. Será necessário aguarda os resultados da RAIS de 2022 para complementar as análises nesse sentido, verificar se houve um crescimento da contratação de docentes nesse setor, qual faixa remuneratória e carga horária. Em termos relativos, o destaque negativo direciona-se ao setor público federal, com uma redução de 27,8% dos estabelecimentos de ensino em 2021 se comparado a 2019, em números absolutos foram 27 unidades (segundo pior registro).

Além do salário, as horas trabalhadas desempenham um papel importante na remuneração e na qualidade de vida dos professores. O equilíbrio entre a carga horária e a remuneração justa é fundamental para garantir a valorização e a

motivação desses profissionais. O gráfico abaixo apresenta o total de horas trabalhadas pelos professores no ensino superior brasileiro no período de 2019 a 2021. Esses dados são fundamentais para compreender a carga de trabalho dos docentes e sua relação com a qualidade de vida, o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, bem como a efetividade do ensino oferecido.

Tabela 5 - Evolução do número de estabelecimentos formais, segundo o grupo de atividade econômica educação superior, por natureza jurídica - Brasil - 2019, 2020 e 2021

Natureza Jurídica	Ano			Variação 2019/2021	
	2019	2020	2021	Absoluta	Relativa
Setor Público Federal	97	80	70	-27	-27,8%
Setor Público Estadual	157	163	162	5	3,2%
Setor Público Municipal	39	37	37	-2	-5,1%
Entidade Empresa Estatal	1	1	1	0	0,0%
Entidade Empresa Privada	2.885	3.076	3.289	404	14,0%
Entidades sem Fins Lucrativos	1.147	1.122	1.056	-91	-7,9%
Pessoa Física e outras organiza.	11	15	9	-2	-18,2%
Total	4.337	4.494	4.624	287	6,6%

Fonte: MTE/RAIS - 2019-2021. Dados sistematizados pelos autores.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 6, a maioria dos docentes trabalha em média 25 horas semanais, tal jornada de trabalho com a pandemia teve variação marginal, em média uma redução de 52 minutos em 2021 se comparado com o padrão de 2019.

Os professores do setor público, seja federal ou estadual, possuem jornadas entre 36 e 39 horas semanais, independentemente do ano. Tal padrão deve-se aos regimes de contratação em dedicação exclusiva dos docentes. Nas demais naturezas jurídicas, os dados sugerem dedicação parcial. Empresas privadas, por exemplo, possuem jornadas (médias) de 20 horas de trabalho semanal. Não há dúvida de que o desempenho da atividade docente com carga horária menor é melhor para o profissional de ensino. Contudo, nos registros analisados, observou-se a “média do vínculo”, ao invés da “média do profissional”, nesse sentido o docente de rede privada, provavelmente possui mais de um vínculo. Supondo que sejam acumulados dois vínculos por docente, estaríamos diante de uma equiparação da jornada do setor público com o privado. Mas ao considerar três vínculos, o que é factível, estaríamos diante de uma atividade altamente

desgastante, sobretudo no contexto da pandemia. Os dados não permitem avaliar adequadamente esse aspecto, entretanto é um tópico que pode ser influenciado por políticas institucionais e necessidades específicas das instituições de ensino (SANTOS *et al.*, 2020).

Tabela 6 - Evolução da quantidade de horas trabalhadas pelos docentes, segundo o grupo de atividade econômica educação superior, por natureza jurídica - Brasil - 2019, 2020 e 2021

Natureza Jurídica	Ano			Variação 2019/2021	
	2019	2020	2021	Absoluta	Relativa
Setor Público Federal	38,25	38,33	38,11	-0,14	-0,4%
Setor Público Estadual	37,23	36,66	36,25	-0,98	-2,6%
Setor Público Municipal	23,32	24,47	23,00	-0,32	-1,4%
Entidade Empresa Estatal	20,53	20,60	23,10	2,57	12,5%
Entidade Empresa Privada	21,39	19,64	20,01	-1,38	-6,4%
Entidades sem Fins Lucrativos	19,28	18,78	19,12	-0,16	-0,8%
Pessoa Física e outras organiza.	26,80	18,88	19,47	-7,33	-27,3%
Total	25,52	24,42	24,65	-0,87	-3,4%

Fonte: MTE/RAIS - 2019-2021. Dados sistematizados pelos autores.

É importante ressaltar que a distribuição das horas trabalhadas também pode estar relacionada a fatores como remuneração, carga de trabalho adicional, demandas administrativas e de pesquisa, bem como condições contratuais específicas (SILVA *et al.*, 2018). Esses fatores podem influenciar a escolha da carga horária pelos docentes e impactar sua qualidade de vida e disponibilidade para o ensino e a pesquisa.

A compreensão dessas variações nas horas trabalhadas pelos docentes no ensino superior brasileiro requer uma abordagem holística, considerando tanto as políticas educacionais quanto às necessidades e aspirações dos profissionais docentes. É necessário um equilíbrio adequado entre carga horária, remuneração justa e valorização profissional, a fim de promover condições de trabalho satisfatórias e uma educação de qualidade (SANTOS *et al.*, 2021; OLIVEIRA, 2017).

Relacionando os resultados da Tabela 4 com os da Tabela 6, no sentido de encontrar a remuneração da hora/aula dos docentes (com as devidas conversões), derivou-se a Tabela 7. Descobrimos, inicialmente, que ao nível nacional, pagava-se em média R\$ 64,32 por hora/aula em 2021, uma queda de 20,1% ante a situação de 2019. E que o setor público estadual, apesar das perdas, manteve a melhor média,

remunerando a hora de trabalho com R\$ 81,82 e o setor público federal com R\$ 74,78. Ao verificar a situação dos docentes atrelados a empresas privadas, o padrão remuneratório, neste mesmo critério, era de R\$ 38,69. As perdas remuneratórias são vinculadas a inflação desencadeada pela crise sanitária. De 2019 a 2021, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo aponta para perdas na ordem de 27,4%, os trabalhadores perderam mais de 1/4 de sua remuneração e os ajustes salariais não se traduzem em correções efetivas. Essas perdas no poder de compra, deteriorou as condições de vida desses trabalhadores – especialmente dos docentes vinculados a empresas privadas.

Tabela 7 - Evolução real⁽¹⁾ da remuneração hora/aula dos docentes, segundo o grupo de atividade econômica educação superior, por natureza jurídica - Brasil - 2019, 2020 e 2021

Natureza Jurídica	Ano			Variação 2019/2021	
	2019	2020	2021	Absoluta	Relativa
Setor Público Federal	R\$ 86,98	R\$ 88,86	R\$ 74,78	-R\$ 12,20	-14,0%
Setor Público Estadual	R\$ 102,52	R\$ 100,32	R\$ 81,82	-R\$ 20,70	-20,2%
Setor Público Municipal	R\$ 78,08	R\$ 76,36	R\$ 63,49	-R\$ 14,59	-18,7%
Entidade Empresa Estatal	R\$ 130,74	R\$ 91,38	R\$ 64,59	-R\$ 66,16	-50,6%
Entidade Empresa Privada	R\$ 50,51	R\$ 49,53	R\$ 38,69	-R\$ 11,83	-23,4%
Entidades sem Fins Lucrativos	R\$ 98,42	R\$ 93,74	R\$ 74,93	-R\$ 23,50	-23,9%
Pessoa Física e outras organiza.	R\$ 21,73	R\$ 35,72	R\$ 25,26	R\$ 3,53	16,3%
Total	R\$ 80,52	R\$ 79,31	R\$ 64,36	-R\$ 16,16	-20,1%

Fonte: MTE/RAIS - 2019-2021. Dados sistematizados pelos autores.

Nota 1: quantias a preços correntes de dezembro de 2021, correção via IPCA/IBGE.

A análise dos aspectos relacionados à quantidade e qualidade dos empregos docentes no ensino superior brasileiro revela a complexidade e a diversidade de desafios enfrentados por esses profissionais. A pandemia e seus reflexos exacerbaram questões preexistentes, como a precarização do trabalho, a disparidade salarial e a carga horária excessiva. Esses aspectos podem afetar diretamente a motivação, a satisfação e a qualidade do ensino oferecido. Nesse sentido, é fundamental que as políticas educacionais sejam direcionadas para a valorização e o reconhecimento adequado do trabalho docente, tanto no Setor Público quanto no Setor Privado. É necessário promover a equidade salarial, proporcionar condições de trabalho adequadas e estabelecer um ambiente propício ao desenvolvimento profissional e à qualidade de vida dos docentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da pesquisa que foi empreendida, restou claro que a pandemia de COVID-19 desencadeou uma série de transformações significativas na educação superior brasileira, afetando diversos aspectos do ensino, os docentes envolvidos e o emprego na área. Com efeito, uma primeira conclusão que se pode extrair dela é que, nos últimos anos, houve uma expansão significativa no acesso à educação superior no Brasil, especialmente para estudantes de baixa renda e grupos historicamente excluídos. Políticas públicas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) desempenharam um papel fundamental nesse processo. Essas políticas permitiram que mais estudantes tivessem a oportunidade de ingressar em universidades privadas, democratizando o acesso à educação superior. Além disso, a interiorização da educação superior, impulsionada pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), levou faculdades e universidades para regiões afastadas dos grandes centros urbanos, ampliando ainda mais o acesso em áreas historicamente excluídas. Saltou aos olhos o fato da pandemia de COVID-19 ter intensificado o ensino remoto, levando as instituições a se adaptarem rapidamente para continuar oferecendo aulas.

Uma segunda conclusão é que as transformações tecnológicas têm impactado profundamente o trabalho docente e a forma como os alunos aprendem. Os professores agora atuam como facilitadores do processo de aprendizagem, utilizando tecnologias digitais para transmitir conhecimento e transformá-lo em aprendizado. A tecnologia não apenas altera como os professores ensinam, mas também como os alunos aprendem. Nesse contexto, é fundamental que os professores desenvolvam competências tecnológicas e pedagógicas para garantir a efetividade do ensino remoto. A tecnologia pode facilitar o processo de aprendizagem, mas requer uma redefinição dos sentidos e tarefas do trabalho docente. Os professores desempenham um papel crucial ao orientar e mediar a interação entre o aluno e a tecnologia, auxiliando no processo de construção do conhecimento. A personalização do aprendizado, a busca ativa por conhecimento e o desenvolvimento de habilidades para lidar com informações disponíveis são elementos-chave no novo cenário educacional. No entanto, é importante ressaltar que a tecnologia por si só não é capaz de desenvolver o conhecimento nos alunos;

ela deve ser usada de forma consciente e planejada para promover a interação e a colaboração.

A terceira conclusão a que se chegou com a pesquisa em tela diz respeito ao fato da pandemia de COVID-19 ter ocasionado impactos profundos nos docentes e no emprego na educação superior. Os professores tiveram que se adaptar rapidamente ao ensino remoto, adquirindo novas competências tecnológicas e pedagógicas. A sobrecarga de trabalho e as preocupações com a saúde pessoal e familiar contribuíram para níveis mais elevados de estresse e ansiedade entre os docentes. Além disso, a pandemia exacerbou as desigualdades educacionais, uma vez que nem todos os alunos tinham acesso igualitário às tecnologias necessárias para acompanhar as aulas online. Estudantes de comunidades marginalizadas e economicamente desfavorecidas enfrentaram dificuldades para participar das atividades educacionais, ampliando as disparidades sociais.

No que tange especificamente à questão do emprego, foi possível identificar que o setor de educação superior mostrou crescimento constante até 2015, com uma taxa anual de cerca de 3%. No entanto, a partir de 2015, houve uma desaceleração e, em 2019, o setor já estava em declínio. Durante o primeiro ano da pandemia, houve uma perda significativa de empregos, com 7,9% de queda, e no segundo ano, a crise continuou, com uma diminuição adicional de 3%. Isso ressaltou a situação já desafiadora do setor nesse particular.

Chamou muito a atenção o fato de que, antes da pandemia, houve um crescimento constante no número de docentes com vínculo de emprego formal na educação superior, mas esse crescimento desacelerou. Durante a pandemia, houve uma redução significativa de empregos docentes, com uma queda nacional de 8%. A região norte foi a mais afetada, com uma redução de 19%, enquanto as regiões sul e centro-oeste tiveram perdas de cerca de 10%, e as regiões sudeste e nordeste mantiveram as baixas em 6%.

Em face desses números, ficou evidente que a pandemia agravou os desafios enfrentados pelos docentes no ensino superior, incluindo questões relacionadas à estabilidade no emprego e às condições de trabalho. Não obstante, apesar das dificuldades, houve um aumento no número de instituições privadas de educação superior em 2021, sugerindo uma possível expansão do setor.

Dito isso, deve-se alertar que outros estudos podem ser viabilizados com vistas a apurar por outros ângulos os impactos que a pandemia ocasionou para os docentes da educação superior. Uma possibilidade que se aventa é a realização de uma pesquisa para avaliar as políticas e medidas adotadas pelas instituições de ensino superior para lidar com a pandemia. Em um estudo como esse, pode-se investigar a eficácia dessas políticas na proteção dos docentes e na continuidade das atividades acadêmicas.

REFERÊNCIAS

Bizerril, M. X. A. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos E Espaços Em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1–15, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. MEC, 2020.

CHAGAS, J. M. Pandemia, ensino superior e o desafio da formação docente: a educação em tempos de incerteza. **Revista de Educação ANEC**, v. 44, n. 157, p. 51-65, 2021.

CHEN, Tobias. Reflexões sobre o engajamento de estudantes no Ensino Remoto Emergencial. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências, Belo Horizonte**, v. 23, 2021.

CRAWFORD, J. et al. COVID-19: 20 countries' higher education intra-period digital pedagogy responses. **Journal of Applied Learning & Teaching**, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2020.

FIGUEIREDO-FERRAZ, H. et al. Burnout in Portuguese teachers during the COVID-19 pandemic: **Exploring the role of resilience and engagement. Frontiers in Psychology**, v. 12, 670860, 2021.

FRAGA, N.; PEREIRA, G.; GOUVEIA, F.; GOUVEIA, A. I. . Educação em tempos de COVID-19: O acesso condicionado à Aprendizagem. Um estudo exploratório numa escola em Portugal. **Sensos-e**, v. 8, n. 1, p. 77–87, 2021.

GUO, J.; HUANG, R.; LUI, B. Remote teaching during the COVID-19 pandemic: The perspective of university teachers. **International Journal of Educational Research Open**, v. 1, 100011, 2020.

HODGES, C. et al. The difference between emergency remote teaching and online learning. **EDUCAUSE Review**, v. 27, 2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Guia gestão para aprendizagem**. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2021. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/guias-tematicos/guia-gestao-para-aprendizagem/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2020**. Brasília, DF: Inep/MEC, 2022.

LEMOS, V. 'Me formar virou um pesadelo': os brasileiros endividados com o Fies. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58251303>. Acesso em: 24 jan. 2023.

LI, J. B. et al. Chinese public's knowledge, perceived severity, and perceived controllability of COVID-19 and their associations with emotional and behavioural reactions, social participation, and precautionary. **BMC Public Health**, v. 20, n. 1, p. 1589, out. 2020.

MARTINS, Lígia Márcia; MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita**. Autores Associados, 2022.

MASLACH, Christina; SCHAUFELI, Wilmar B.; LEITER, Michael P. Job burnout. **Annual review of psychology**, v. 52, n. 1, p. 397-422, 2001.

MOURA, Daiana Malheiros de. **Políticas públicas educacionais PROUNI e FIES: democratização do acesso ao ensino superior**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 11., 2014. **Anais...**

OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão Democrática da Educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997. p. 209-226.

PICCIANO, Qingqing et al. Three dimensional electrospun PCL/PLA blend nanofibrous scaffolds with significantly improved stem cells osteogenic differentiation and cranial bone formation. **Biomaterials**, v. 115, p. 115-127, 2017.

PIRES, R. R. C. **Categorizando Usuários 'Fáceis' e 'Difíceis': Práticas Cotidianas de Implementação de Políticas Públicas e a Produção de Diferenças Sociais**. Sielo Brasil, 2019.

REIMERS, Fernando et al. Supporting the continuation of teaching and learning during the COVID-19 Pandemic. **Oecd**, v. 1, n. 1, p. 1-38, 2020.

SANTOS, Neusa Maria Bastos F. **Cultura organizacional e desempenho: pesquisa, teoria e aplicação**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2021.

SMITH, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.

SONMEZ, Anil et al. Efficacy and Safety of Ibrutinib Therapy in Patients with Chronic Lymphocytic Leukemia: Retrospective Analysis of Real-Life Data. **Turkish Journal of Hematology**, v. 38, n. 4, p. 273, 2021.

UNESCO. **Education: From disruption to recovery**. Retrieved from <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 08 nov. 2022.

WANG, Meng et al. Generalized Darboux transformation, solitonic interactions and bound states for a coupled fourth-order nonlinear Schrödinger system in a birefringent optical fiber. **Applied Mathematics Letters**, v. 119, p. 106936, 2021